

Destino do dinheiro público*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Publicado em: 15/10/2003

Atualmente, dos 222 prefeitos do Piauí, mais da metade está sendo investigada pelo Ministério Público estadual. Esses prefeitos são acusados de desvio de recursos públicos, compras sem licitação, envolvimento com notas fiscais frias, insuficiência na prestação de contas, ou simplesmente apropriação de dinheiro público. Guaribas, onde começou o Fome Zero, não é diferente. Seu prefeito, Reginaldo Correia da Silva (sem partido), foi afastado em agosto passado pela Justiça, acusado de embolsar dinheiro de obras fantasmas e mesmo de arrendar a prefeitura para o secretário de Finanças, José Ferreira Paes Landim Neto.

O domínio das elites ou oligarquias locais sobre a grande maioria dos governos das pequenas cidades do Brasil é historicamente mais do que documentado. Elas são, muitas vezes, uma das principais causas da pobreza. Estas elites usam e abusam dos recursos públicos e do poder de ser Governo porque sobre elas não havia maiores controles. Constatou-se em numerosos inquéritos que muito dos recursos destinados a atender às necessidades dos mais pobres era desviado para o bolso dos donos do poder.

Se a região do semi-árido nordestino, priorizada neste primeiro momento pelo Programa Fome Zero, do Governo federal, é das regiões mais pobres do país, pode-se dizer com segurança que esta situação de pobreza é também provocada pela grande maioria dos governos locais. Mais de 80% destes municípios têm menos de 20 mil habitantes. E é nestas cidades menores que a grande maioria dos prefeitos trata a prefeitura e os recursos públicos como se fossem seus.

Recentemente estes casos de corrupção têm se tornado públicos, graças a conquistas democráticas de nossa sociedade como a atuação do Ministério Público e iniciativas que vêm de entidades e cidadãos que movem ações contra governantes corruptos. Neste ano, para continuarmos com o exemplo do Piauí, que é só um exemplo, 11 prefeitos foram afastados por corrupção. A Controladoria Geral da União acaba de denunciar que são as verbas federais, repassadas para serem aplicadas em programas sociais, o maior foco de desvios e corrupção.

Diante deste cenário, é de se perguntar como enfrentar esta situação. O que fazer para que o dinheiro público tenha destinação pública, priorizando os mais pobres? Como fazer com que os programas sociais cheguem a quem necessita?

A história recente, dos últimos anos, vem apresentando um número crescente de experiências onde cidadãos se organizam em grupos, movimentos, entidades, e desenvolvem a capacidade de exercer o controle social sobre os governos e as políticas públicas.

Pode-se citar o movimento de saúde, que vem há mais de 20 anos lutando pelo controle social da política de saúde, com bastante sucesso. Pode-se citar também uma experiência de outro

tipo, que envolve ONGs, universidades, centros de pesquisa. Nos últimos anos foram criados vários observatórios de políticas públicas em vários estados do Brasil.

Os Orçamentos Participativos; as Conferências Nacionais de Saúde, Educação, Segurança Alimentar, e outras, que irão ocorrer neste próximo semestre, são todas inovações que se propõem a participar nas decisões e no controle social das políticas e dos recursos públicos. Não podemos desconsiderar também a rica experiência dos conselhos de gestão de políticas públicas aqui no Brasil. São cerca de 27 mil conselhos paritários e deliberativos, espalhados por quase todos municípios. Em sua grande maioria estão esvaziados de poder. Mas eles preservam seu caráter de uma nova esfera pública de disputa pelas políticas. E podem ser revitalizados ou potencializados em sua função de controle social.

Para enfrentar toda esta herança autoritária e criminosa presente nos governos das pequenas prefeituras, aproveitando de toda a rica experiência social da construção de novas esferas públicas, o Governo federal tem a oportunidade de propor uma nova ética democrática aos governos locais, e estabelecer mecanismos de controle social — especialmente dos recursos federais repassados para as políticas sociais —, convocando a participação cidadã e reforçando sua autonomia.

*Artigo originalmente publicado no *Diário de São Paulo* em 23 de setembro de 2003.